



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

China e o Conflito Israel-Palestina: transformações e ambiguidade estratégica

*China and the Israel-Palestine Conflict:
Transformations and Strategic Ambiguity*

*China y el Conflicto Israel-Palestina:
Transformaciones y Ambigüedad
Estratégica*

DOI: 10.21530/ci.v19n2.2024.1514

Fernando Luz Brancoli¹
Tamires Alves²

Resumo

Analisando a presença e influência da China no conflito israelo-palestino, este estudo parte da hipótese de que a estratégia chinesa se baseia numa ambiguidade estratégica, equilibrando apoio político à Palestina com investimentos econômicos em Israel. Utilizando técnicas de análise qualitativa, documentos oficiais chineses e estudos de caso, a relação entre a Proposta de Quatro Pontos de Xi Jinping e a Diplomacia Tecnológica é investigada. Conclui-se que a China combina a defesa pública da solução de dois Estados com a expansão de suas parcerias econômicas, refletindo uma postura pragmática no Oriente Médio.

Palavras-chave: China, Israel-Palestina, Ambiguidade Estratégica.

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



- 1 Doutor pelo Programa San Tiago Dantas e Visiting Scholar na Universidade da Califórnia – Santa Bárbara. Professor Adjunto de Segurança Internacional e Geopolítica no IRID/UFRJ. (fernando.brancoli@ufrj.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0429-2154>.
- 2 Doutora em Ciência Política (UFF). Professora de Relações Internacionais no CEFET/RJ. (tamiresmalves@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2608-7015>.

Artigo submetido em 18/07/2024 e aprovado em 11/11/2024.





Abstract

Analyzing China's presence and influence in the Israeli-Palestinian conflict, this study hypothesizes that China's strategy is based on strategic ambiguity, balancing political support for Palestine with economic investments in Israel. Using qualitative analysis techniques, official Chinese documents, and case studies, the relationship between Xi Jinping's Four-Point Proposal and Technological Diplomacy is thoroughly investigated. It concludes that China combines public defense of the two-state solution with the expansion of its economic partnerships and programs, reflecting a pragmatic stance in the Middle East.

Keywords: China, Israel-Palestine, Strategic Ambiguity.

Resumen

Analizando la presencia e influencia de China en el conflicto israelo-palestino, este estudio parte de la hipótesis de que la estrategia china se basa en una ambigüedad estratégica, equilibrando apoyo político a Palestina con inversiones económicas en Israel. Utilizando técnicas de análisis cualitativo, documentos oficiales chinos y estudios de caso, se investiga la relación entre la Propuesta de Cuatro Puntos de Xi Jinping y la Diplomacia Tecnológica. Se concluye que China combina la defensa pública de la solución de dos Estados con la expansión de sus asociaciones económicas, reflejando una postura pragmática en el Medio Oriente.

Palabras clave: China, Israel-Palestina, Ambigüedad Estratégica.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a presença e a influência da China no conflito israelo-palestino, destacando como a política externa chinesa tem evoluído e se adaptado ao longo dos anos em relação a essa questão. A China, ao longo de sua história, manteve uma posição estratégica no Oriente Médio, marcada por seu apoio a movimentos nacionalistas árabes e sua postura crítica em relação a Israel. No entanto, com o passar dos anos, Pequim passou a adotar uma abordagem mais pragmática, equilibrando seus interesses econômicos e diplomáticos na região.

Este estudo adota uma metodologia qualitativa, fundamentando-se na análise de fontes secundárias, como documentos oficiais, discursos de líderes





chineses e relatórios de políticas, para explorar as motivações e implicações da atuação chinesa no conflito israelo-palestino. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das nuances e dinâmicas envolvidas na política externa chinesa.

Desse modo, organizamos este artigo em cinco seções. Contando com essa introdução, sua estrutura é a seguinte: ii) análise da presença da China no Oriente Médio; iii) evolução das relações sino-israelenses e sino-palestinas; iv) mudanças na política externa chinesa no cenário pós-Guerra Fria; v) ambiguidade estratégica da China, com foco na Proposta de Quatro Pontos de Xi Jinping e a diplomacia tecnológica.

A China no Oriente Médio: Estratégias e Interesses Geopolíticos

A presença da China na África Subsaariana e no Oriente Médio remonta a um passado longínquo. Embora os contatos da China com estas regiões tenham se estendido por centenas de anos, incluindo as antigas rotas da Rota da Seda que datam de mais de 2.000 anos, a maior parte de sua interação ocorreu nos últimos 70 anos. Líderes revolucionários da China, como Lin Biao, Enlai Mao e Mao Zedong, valorizaram sobremaneira a interação política da China com as nações árabes e islâmicas (Rabkin 2013; Chen 2017). Durante a Segunda Guerra Mundial, os líderes revolucionários chineses, como Mao Zedong, perceberam claramente a relevância geoestratégica do Oriente Médio. A preocupação com um possível cerco à China, no contexto de uma hipotética vitória germano-japonesa, era central. Mao, especificamente, formulou uma teoria sobre como as “zonas” estratégicas afetavam a soberania chinesa. Segundo Shichor (1979, 35), o Oriente Médio estava localizado na “zona intermediária”, a qual poderia ameaçar seriamente a sobrevivência da República Popular da China e, potencialmente, precipitar uma terceira guerra mundial. Esse receio de cercamento permaneceu um elemento essencial da política externa chinesa, mesmo após a derrota do Japão e da Alemanha, trazendo certo alívio à China. Com o passar do tempo, essa perspectiva convergiu para uma preocupação crescente com a estratégia de Containment do Ocidente, que visava isolar a União Soviética dentro de suas fronteiras, de 1947 a 1991.

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial e à instauração da República Popular da China, houve uma nítida focalização da política externa chinesa em direção ao Oriente Médio. Chu Enlai, em particular, empenhou-se





profundamente nas questões relativas aos continentes asiático e africano (Cooley 1972). Entre seus alvos estratégicos estavam o fomento do reconhecimento diplomático, a oposição ativa às forças coloniais, o suporte aos movimentos de libertação nacional e o estímulo ao avanço nas nações do Terceiro Mundo. Durante a Conferência de Bandung em 1955, Enlai fez questão de encontrar-se com cada uma das delegações presentes. Em suas interações com as delegações dos recém-independentes países do Oriente Médio, ele adquiriu um entendimento mais aprofundado do conflito árabe-israelense e da situação palestina, além de encontrar figuras influentes, como o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Enfatizando a importância de resolver pacificamente o conflito árabe-israelense, afastado da influência das superpotências, Enlai comprometeu-se com a causa palestina. Em episódios marcantes de oposição ao Ocidente – como a Guerra dos Seis Dias em 1967, a Guerra do Ramadã em 1973, a incursão no Líbano em 1983 e a Crise do Canal de Suez em 1956 – a China se alinhou consistentemente com grupos nacionalistas árabes e comunistas que enfrentavam o imperialismo no Oriente Médio (Efron et al. 2019; Burton 2020). Além de apoiar grupos de esquerda que combatiam monarquias e regimes chamados de “reacionários”, a China desempenhou um papel notável nos conflitos civis em Omã, Iêmen e Jordânia. Até a queda dos líderes revolucionários em 1976, a política externa de Pequim baseava-se principalmente no apoio a grupos comunistas e movimentos de libertação nacional. Deng Xiaoping, reavaliando essa abordagem, priorizou a manutenção da ordem vigente e a expansão das relações comerciais entre os países, em vez de fomentar levantes regionais.

Conforme Nathan e Scobell descrevem, o Partido Comunista Chinês (PCC) adota um modelo de anéis concêntricos de metas, refletindo sua priorização criteriosa. O primeiro anel, enfatizando a segurança interna acima da externa, destaca o território soberano da China como sua principal preocupação de segurança. O segundo anel engloba os vinte e um estados com os quais a China compartilha fronteiras, enquanto o terceiro anel abrange interesses de segurança em seis regiões: Ásia Central, Oceania, Sul da Ásia, Nordeste da Ásia e Sudeste Asiático Marítimo. Por fim, o Oriente Médio é contemplado apenas no quarto anel, que abarca o restante do globo, demonstrando uma abordagem de expansão gradual e calculada da influência chinesa no cenário mundial.

Embora a China continue sendo uma das potências secundárias na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), sua política externa passou por uma evolução significativa desde a máxima da Era de Reformas de “esconder





e aguardar”. Atualmente, está mais alinhada com a exortação do Presidente Xi Jinping para “ser proativo na busca de realizações”, o que também inclui atuações no Oriente Médio (Chen 2017; Baroud 2023). Tendo desfrutado do conforto relativo de ser uma “potência parcial”, surge a interrogação sobre a decisão da China em adotar um papel mais destacado no palco internacional, acompanhado do inevitável escrutínio e das expectativas que isso acarreta. Um dos elementos propulsores dessa mudança foi a alteração da sua postura diplomática em relação aos Estados Unidos e a consequente reavaliação da hierarquia internacional. Uma das justificativas para este movimento residia na percepção de que o crescimento chinês estava sendo ameaçado pelas ações de presidentes americanos anteriores.

Com a Guerra do Iraque e a guerra global contra o terror desafiando convenções internacionais estabelecidas, a administração Bush significou um realinhamento marcante na política externa dos EUA. Durante a segunda parte do mandato de Hu, a China adotou uma “nova assertividade”, impulsionada pela sua habilidade em enfrentar a crise financeira global. A estratégia da administração Obama de reorientar o foco para a Ásia também teve um impacto considerável. Apesar de coerente com a estratégia dos EUA, ela foi percebida por Pequim como uma tentativa de contenção, evidenciando o esforço de Washington em frear a ascensão chinesa. Paralelamente, oficiais chineses começaram a falar com mais confiança sobre a posição global da China. Nesse contexto, em 2012, o Presidente Xi Jinping delineou o “Sonho Chinês” em um de seus discursos:

“Nossas lutas nos mais de 170 anos desde a Guerra do Ópio criaram perspectivas brilhantes para alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa. Agora, estamos mais próximos desse objetivo, e nos sentimos mais confiantes e capazes de alcançá-lo do que em qualquer outro momento da história” (Efron et al. 2019).

Apesar do uso abundante de clichês, a confiança com que os oficiais chineses têm descrito os êxitos do país na última década sugere que a China se vê como um modelo de desenvolvimento e governança capaz de oferecer lições ao restante do mundo, particularmente ao Oriente Médio. Um dos aspectos mais relevantes ao analisar os laços da China com o Oriente Médio, no contexto dessa política externa mais assertiva, foi o lançamento da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) em 2013. Originalmente, a BRI consistia em duas iniciativas: a Iniciativa da Rota Marítima da Seda (MSRI) e o Cinturão Econômico da Rota da Seda terrestre





(SREB), abrangendo uma vasta área de terra e mar no Oceano Índico e na Eurásia. Desde então, foram adicionadas a Rota da Seda Digital, a Rota da Seda Espacial e a Rota da Seda da Saúde. Em 2017, a BRI foi incorporada à constituição da China pelo PCC, enfatizando sua importância nos objetivos de política externa do país (Baroud 2023; Burton 2020).

Durante a década de 1990, a República Popular da China (PRC) direcionou suas empresas estatais (SOEs) para expandirem suas operações além das fronteiras nacionais, em uma mudança estratégica de enfoque do mercado doméstico para o internacional. Esta diretriz levou as SOEs a se estabelecerem em estados e regiões anteriormente inexplorados, com os componentes SREB e MSRI representando uma ampliação dessa tática. O Oriente Médio exemplifica essa expansão; o comércio entre a China e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) escalou de \$9,5 bilhões em 2000 para cerca de \$180 bilhões em 2019. Este aumento no envolvimento comercial induziu uma presença política mais acentuada, conforme será evidenciado. A posição estratégica do Oriente Médio, em relação à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), que interliga mercados na Ásia do Sul, África e Europa, é crucial para os interesses chineses em termos de segurança e prosperidade regional (Chen 2017; Baroud 2023).

O Fórum de Cooperação Sino-Árabe (CASCF), estabelecido em 2004 pela China e os governos da Liga Árabe, é também uma plataforma que materializa a mudança na política de Pequim para a região. A China designa um embaixador para representá-la nesse fórum, refletindo a seriedade com que encara essa parceria e as reuniões ministeriais do CASCF, realizadas bienalmente e alternando entre a China e uma cidade árabe, são fundamentais para direcionar a cooperação futura. Nestes encontros, são estabelecidos objetivos colaborativos para os anos subsequentes, delineando o futuro das relações sino-árabes. Durante a reunião ministerial do CASCF em 2014, o Presidente Xi Jinping introduziu o conceito do “padrão de cooperação 1 + 2 + 3” em seu discurso, enfatizando a necessidade de uma abordagem que combine visão e pragmatismo para o desenvolvimento da Iniciativa do Cinturão e Rota, através de um planejamento estratégico e sistemático (Rabkin 2013; Efron et al. 2019). Esta equação de cooperação divide as prioridades em três níveis distintos: energia representa o número um, infraestrutura, investimento e comércio correspondem ao dois, e energia nuclear, satélites espaciais e energias renováveis compõem o três. Com a publicação do Documento de Política Sino-Árabe em 2016, alinhado à visita de Xi à Arábia Saudita, essa abordagem foi reiterada. Apesar da inclusão de todos os países





da Liga Árabe, é evidente que alguns estão mais preparados para se beneficiar das iniciativas chinesas. Isso reflete uma tendência observada na região MENA, onde a colaboração com empresas estatais chinesas tende a ser mais frequente em nações mais abastadas, estáveis politicamente e com vantagens estratégicas ou recursos abundantes (Burton 2020).

Em 2020, a trajetória da China como potência regional foi ainda mais destacada pelo impacto profundo da pandemia de COVID-19, afetando significativamente sua imagem internacional. A crise reverberou nas eleições legislativas dos Estados Unidos, onde a postura em relação ao governo chinês se tornou um eixo central, com candidatos de ambos os partidos comprometendo-se com uma abordagem mais incisiva. O Presidente Trump, de forma pouco diplomática, imputou sua performance eleitoral desfavorável à China, referindo-se ao “vírus de Wuhan”. Na Europa, as percepções em relação à China transformaram-se radicalmente, com uma deterioração notável na visão pública durante a pandemia, conforme indicado por pesquisas atuais . Por exemplo, uma pesquisa do Pew Research Center (Deutsche Welle, 2020) revelou que, em média, 61 % dos entrevistados em países desenvolvidos avaliaram negativamente a gestão da pandemia pela China, com aumentos significativos de opiniões desfavoráveis em países como Austrália, Reino Unido e Alemanha. Contrastando com outras regiões, a situação no Oriente Médio revela uma trajetória diferente. Com a expansão e o aprofundamento dos interesses chineses, observa-se um incremento progressivo de sua influência na região. Apesar de uma possível reticência sub-reptícia em relação ao manejo inicial da pandemia por Pequim, as críticas não se manifestaram tão abertamente quanto em outros contextos, e as autoridades regionais têm, de modo geral, manifestado apreciação positiva em relação à China (Baroud 2023; Efron et al. 2019).

A postura da China no Oriente Médio se consolidou com a pandemia, destacando-se por seu auxílio no combate à COVID-19 e seu papel no planejamento da recuperação econômica pós-pandêmica dos Estados da região. O comércio e o investimento, juntamente com a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), são vistos como fundamentais para o desenvolvimento econômico futuro. As inovações tecnológicas chinesas, como o uso de inteligência artificial e gestão de big data para monitorar a propagação do vírus, demonstram os benefícios da cooperação com a China na Iniciativa da Rota da Seda Digital. A abordagem chinesa durante a pandemia também reforçou a importância da Iniciativa da Rota da Seda da Saúde. Diante dos impactos sociais, políticos e econômicos da pandemia, é crucial





monitorar suas consequências geopolíticas, destacando-se o provável aumento da influência chinesa na região (Burton 2020; Miswar 2023).

Evolução Histórica das Relações Sino-Israelenses e Sino-Palestinas

À medida que analisamos o aprofundamento da influência chinesa no Oriente Médio é imperativo considerar as dimensões históricas desse engajamento, particularmente em relação aos conflitos árabe-israelense e palestino-israelense (Chen 2017; Rabkin 2013). A evolução da posição da China nestes conflitos, observada ao longo de sete décadas, não apenas reflete as mudanças internas e estratégicas da nação, mas também espelha as complexidades e os desafios inerentes ao cenário geopolítico da região. Essa trajetória, marcada pela transição de uma postura de observador imparcial para um papel mais ativo e influente, revela as nuances da política externa chinesa e sua capacidade de adaptação frente às dinâmicas globais e regionais. Entender esse contexto histórico é crucial para apreciar plenamente o caráter e as implicações da crescente presença da China no Oriente Médio contemporâneo (Efron et al. 2019).

Ao longo das últimas sete décadas, engajada nos conflitos árabe-israelense e palestino-israelense, a posição da China evoluiu significativamente. Esta evolução pode ser compreendida sob três prismas distintos que elucidam a abordagem chinesa frente a Israel, os governos árabes e os palestinos. Inicialmente, a perspectiva chinesa sobre o conflito transitou de um observador imparcial de influência limitada para um agente ativo, uma transformação impulsionada por sua adesão às Nações Unidas e intensificada pelo seu recente status de potência global. Em segundo lugar, observa-se a dinâmica da competição sino-soviética durante a Guerra Fria e a subsequente adaptação à liderança dos EUA, especialmente no que tange ao processo de Oslo, destacando a relevância de fatores externos na formulação e execução de sua política para o conflito. Por fim, o terceiro aspecto reside na discrepância entre as declarações e intenções do governo chinês e a realidade vivenciada no conflito, revelando uma complexidade que transcende a retórica oficial (Burton 2020).

Na metade da década de 1950, com sua posição interna e regional consolidada pós-Guerra da Coreia, a China deu início ao seu engajamento com o Oriente Médio, estabelecendo primeiramente contatos com líderes e organizações nacionalistas





árabes. Essas relações iniciais focaram-se no apoio às lutas contra o colonialismo e imperialismo, como evidenciado no caso dos nacionalistas argelinos contra a França e de Gamal Abdel Nasser do Egito. Em resposta à decisão de Nasser de nacionalizar o Canal de Suez, a China ofereceu apoio diplomático e facilitou a aquisição de armamentos egípcios da Tchecoslováquia, uma ação que se manteve mesmo após a concessão de crédito a Cairo, pouco antes da invasão anglo-franco-israelense do Egito (Cooley 1972).

Paralelamente, a China observava atentamente os laços de Israel com os Estados Unidos e as nações europeias. Apesar de Israel ter sido o primeiro país do Oriente Médio a reconhecer a República Popular da China em 1950, esse reconhecimento não teve reciprocidade. Influenciadas pelo conselho americano no contexto da Guerra da Coreia, as autoridades israelenses hesitaram em aprofundar laços, desconsiderando a disposição chinesa para relações diplomáticas expressas por Zhou Enlai em 1954. Quando Israel formalizou um pedido diplomático no ano seguinte, as relações da China com líderes e grupos árabes já estavam bem estabelecidas, tornando o pedido israelense tardio (Efron et al. 2019).

No princípio de sua interação com a região, a China contou com líderes como o Rei Hussein da Jordânia e o Presidente Nasser do Egito para mediar as relações com os palestinos. Essa necessidade de intermediação decorreu principalmente da estrutura organizacional incipiente dos palestinos e da circunstância de que a Cisjordânia e Gaza estavam, na época, sob administração dos dois países, respectivamente. Com a fundação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1964, financiada pela Liga Árabe, começou-se a observar uma alteração significativa nas dinâmicas regionais. A OLP, liderada por Ahmad Shukairy, não era completamente independente, mas ofereceu aos palestinos uma plataforma de expressão mais consolidada. Em sua visita a Pequim em março de 1965, Shukairy buscou apoio militar e estabeleceu uma missão diplomática. A China, visando reduzir a influência soviética na região, demonstrou prontidão para colaborar. O desafio residia em como efetivar o fornecimento de equipamentos e materiais, dada a dependência palestina em relação aos governos árabes anfitriões e as complexidades logísticas associadas. Adicionalmente, a autonomia crescente da OLP gerou tensões com Nasser, que via sua autoridade sobre a questão palestina sendo contestada pela nova entidade (Chen 2017).

Durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, a China manifestou explicitamente seu apoio à causa árabe contra Israel, apesar de suas contribuições efetivas, seja em recursos ou armamento, serem notavelmente limitadas. A





derrota árabe na guerra precipitou uma transformação nas dinâmicas do conflito, que evoluiu de uma disputa predominantemente árabe-israelense, centrada em questões territoriais, para um embate palestino-israelense com contornos etnonacionalistas, focado no domínio das fronteiras estabelecidas em 1948 pelas Nações Unidas (Burton 2020). Esta percepção de mudança foi evidenciada pela análise chinesa do revés árabe, conforme articulado em um ensaio publicado na “Peking Review”, conhecida por divulgar as políticas e perspectivas do governo chinês. O ensaio defende a necessidade de uma revisão estratégica, enfatizando a importância de adotar a tática de uma “guerra popular” na Palestina e questionando a confiabilidade dos soviéticos como aliados dos árabes, sinalizando uma reavaliação crítica das alianças e estratégias no contexto do conflito. De acordo com o relatório, os rebeldes árabes, como os palestinos, deveriam inspirar-se nas táticas dos comunistas chineses adotadas antes de 1949, como ferramenta para crescer e sobreviver em tempos difíceis.

O artigo também destacou alguns riscos associados a esse caminho, sendo o mais significativo o potencial de exacerbar tensões de classe dentro das nações árabes, podendo, assim, desviar o curso da iniciativa. Paralelamente, no momento em que a facção nacionalista mais radical do Fatah dentro da OLP ascendia ao poder, substituindo Shukairy por Yasser Arafat, a dedicação chinesa à “guerra popular” representava a fase mais extrema do apoio chinês à causa palestina. A rebelião militar palestina contra Israel contava com o respaldo público de Pequim, que se adaptava à mudança interna e fornecia recursos e armamentos leves ao grupo. A postura entusiasta de Pequim em relação à causa palestina encontrava um obstáculo considerável na influência de Moscou. A União Soviética, ostentando seu papel de superpotência preeminente, exercia um suporte diplomático e militar à causa palestina que eclipsava os esforços chineses (Chen 2017). Notavelmente, a China manifestava uma firme resistência ao plano “terra por paz” incorporado na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU. Esta resolução, adotada após a Guerra dos Seis Dias em 1967, propunha a retirada israelense dos territórios ocupados em troca de paz com os países árabes. Para Pequim, o plano era visto como “humilhante” para os árabes e excessivamente benéfico para as superpotências, refletindo uma abordagem que, na visão chinesa, perpetuava desequilíbrios de poder regionais e favorecia interesses hegemônicos.

Esta perspectiva de outsider deu à China uma posição única no movimento rejeicionista, que se opunha às soluções diplomáticas que favoreciam desproporcionalmente Israel (Burton 2020; Chen 2017). Contudo, a entrada de





Pequim como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU no início dos anos 1970 — substituindo Taiwan e formalizando sua participação no sistema internacional — trouxe consigo desafios para essa postura oposicionista. A nova posição de Pequim no cenário global implicava uma necessidade de navegar complexidades diplomáticas adicionais e equilibrar suas inclinações ideológicas com as realidades pragmáticas da política internacional. A *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética desencadeou uma redução na influência soviética, catalisando uma transição global da beligerância para a diplomacia como paradigma predominante nas relações internacionais. Paralelamente, dinâmicas internas na China, especialmente o arrefecimento da Revolução Cultural e a moderação de seus excessos ideológicos, desempenharam um papel fundamental nesses desenvolvimentos (Efron et al. 2019). Este cenário se refletiu em 1973, no contexto da guerra entre Egito e Síria contra Israel, quando a ONU adotou a Resolução 338. Essa resolução, invocando a anterior Resolução 242, reiterou o conceito de “terra por paz”, uma abordagem que buscava a resolução pacífica do conflito árabe-israelense mediante a devolução de territórios ocupados em troca de acordos de paz. A abstenção da China à resolução, a única em meio a quatorze votos afirmativos, evidenciou uma significativa reorientação em sua política externa, alinhando-se de maneira mais pragmática e menos ideológica às dinâmicas internacionais.

O Acordo de Camp David, uma iniciativa diplomática mediada pelos Estados Unidos que culminou em um tratado de paz entre Egito e Israel em 1978, representou um marco adicional na evolução da moderação chinesa. Embora o processo não tenha recebido apoio unânime, a China optou por não se opor, reconhecendo sua capacidade limitada de influenciar diretamente as negociações ou os atores envolvidos. Este período coincidiu com um momento de introspecção na liderança chinesa, marcado por disputas internas após a morte de Mao Zedong. A diplomacia chinesa, diante de um cenário intrincado, teve que encontrar um equilíbrio entre endossar o Acordo de Camp David, percebido como um avanço na distensão egípcia da influência soviética, e acatar o sentimento de desaprovação árabe, que interpretava a atitude egípcia como uma traição, resultando na exclusão do Cairo da Liga Árabe por dez anos (Efron et al. 2019).

A sustentação chinesa às operações armadas da OLP contra Israel, iniciada após 1967, acarretou implicações significativas. A postura militante da OLP, particularmente sua base na Jordânia — um estado com uma densa demografia palestina — era vista pela liderança chinesa com uma mistura de cautela e





apreensão, em razão da percepção de que a OLP operava como uma entidade quase estatal. Esta dinâmica levou, em setembro de 1970, ao desencadeamento de uma ofensiva militar pelo Rei Hussein da Jordânia contra a OLP. Pequim, inicialmente, censurou os jordanianos, rotulando-os como fantoches dos Estados Unidos (Burton 2020).

Contudo, a ausência de apoio material mais robusto obrigou a OLP a se realocar para o Líbano. Neste novo contexto, caracterizado pela instabilidade do Estado libanês, a presença massiva de refugiados palestinos e as ações contínuas da OLP em território israelense, emergiram riscos análogos aos enfrentados na Jordânia. Esse cenário colocou em xeque os objetivos diplomáticos chineses de estreitar laços com o Líbano, evidenciando um embate entre a necessidade de manter relações bilaterais harmoniosas e a natureza disruptiva das atividades palestinas na região. Ainda que o apoio da China à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se mantivesse, sua ajuda efetiva experimentou um declínio progressivo durante as décadas de 1970 e 1980. Essa diminuição foi, em parte, resultado da própria postura palestina, que demonstrou preferência pelo auxílio soviético em comparação ao suporte chinês. Além disso, as táticas mais extremistas empregadas por algumas facções palestinas, incluindo sequestros aéreos e abduções, causaram descontentamento em Pequim (Baroud 2023).

Em um contexto mais amplo, em 1982, Israel empreendeu uma invasão ao Líbano no auge da guerra civil libanesa. Essa ofensiva militar tinha como finalidade principal a erradicação da presença da OLP no país. O episódio culminou em um trágico desdobramento com o massacre de palestinos em Beirute, perpetrado por milícias locais aliadas a Israel. Esse evento desencadeou a transferência da sede da OLP para Túnis, marcando um ponto de inflexão tanto para o movimento palestino quanto para a sua relação com atores internacionais, incluindo a China (Chen 2017).

Embora houvesse divergências reais na relação sino-palestina, ambas as partes mantiveram uma expressão externa de simpatia mútua. A China, por exemplo, não cessou seu apoio à causa palestina pela autodeterminação nacional e direitos. Além disso, ambos começaram a reconhecer a superioridade da diplomacia sobre a insurgência. Em Argel, em 1988, a OLP decidiu abandonar a luta armada, reconhecendo Israel e engajando-se em negociações. A China, adotando uma abordagem mais pragmática e moderada na região, prontamente concordou com a postura da OLP. Dois fatores impulsionaram essa mudança: a transição do radicalismo ideológico para o conservadorismo pragmático e a





transformação da política externa chinesa de uma arma revolucionária para um instrumento de crescimento econômico do país (Miswar 2023). Paralelamente, também se observou nesse momento o incremento dos vínculos sino-israelenses. Tal desenvolvimento teve início com uma troca sub-reptícia de armamentos, desencadeada pela necessidade chinesa de modernizar e substituir seu arsenal soviético, uma consequência da Guerra do Vietnã. Israel, beneficiando-se da apropriação de equipamentos militares sírios e egípcios durante os conflitos de 1967 e 1973, emergiu como um parceiro comercial crucial nesse contexto. Esse intercâmbio inicial estabeleceu as bases para transações subsequentes envolvendo armamentos mais sofisticados, além de fomentar outros laços diplomáticos, exemplificados pela inauguração do consulado israelense em Hong Kong em 1985. Como resultado da melhoria nas relações entre Israel, Palestina e China, houve um afastamento da postura beligerante em relação ao conflito (Efron et al. 2019). Em 1984, a China defendeu a realização de uma cúpula global patrocinada pelas Nações Unidas sobre o processo de paz no Oriente Médio. Durante a visita de Arafat a Pequim em 1989, a oferta foi reiterada (Chen 2017).

Transformações na Política Externa Chinesa Israel-Palestina no Pós-Guerra Fria

À medida que avançamos para o período pós-Guerra Fria, observamos uma evolução significativa nas relações diplomáticas da China, particularmente em seu papel no processo de paz do Oriente Médio (Efron et al. 2019; Burton 2020). O estabelecimento de laços diplomáticos formais com Israel, a partir de 1992, tornou-se um passo crucial para Pequim, refletindo não apenas uma mudança estratégica em sua política externa, mas também um reconhecimento da importância de ser um participante ativo e legítimo no cenário geopolítico global. Essa nova fase simboliza um desvio da postura anterior da China, abrindo caminho para um engajamento mais direto e influente nas dinâmicas complexas da região (Rabkin 2013; Chen 2017). A busca da China pelo reconhecimento diplomático de Israel foi influenciada pelo seu envolvimento progressivo no processo de paz do Oriente Médio. Este envolvimento estava condicionado ao estabelecimento de laços diplomáticos com todas as partes envolvidas, uma premissa crucial mesmo com sua posição no Conselho de Segurança da ONU. A ausência da China na Cúpula de Madrid em outubro de 1991, um encontro significativo para





as negociações de paz no Oriente Médio, destacou essa limitação. No entanto, a situação mudou com o estabelecimento de relações diplomáticas entre China e Israel em janeiro de 1992, permitindo a participação da China nas discussões multilaterais subsequentes (Cooley 1972).

O apoio chinês aos Acordos de Oslo, que emergiram de diálogos secretos entre Israel e a OLP, reflete essa mudança na postura de Pequim (Chen 2017). Os Acordos de Oslo, marcados por sua abordagem inovadora e compromissos recíprocos, abriram caminho para possíveis soluções no conflito israelo-palestino. Nesse contexto, Li Zhaoxing, embaixador da China na ONU, comentou após a assinatura dos Acordos que eles representavam o início de um acordo justo e abrangente para a questão palestina, mas sublinhou a necessidade de continuação dos esforços para alcançar uma solução definitiva (Efron et al. 2019). Ainda durante os anos 1990, especificamente no contexto da Segunda Intifada, a abordagem de Pequim estava alinhada em reforçar o papel dos Acordos de Oslo como ferramenta essencial para a paz na região. Paralelamente, este período marcou o início da marcha econômica da China rumo a um destaque global, embora seu poder político ainda não refletisse completamente sua crescente pujança econômica (Burton 2020; Miswar 2023). As intervenções chinesas nessa fase concentraram-se principalmente em exortar as partes envolvidas a retomarem as negociações. Nesse contexto, as manifestações de Pequim durante esse período ecoam a ênfase dada pelo seu embaixador na ONU em 1992, que salientou: “o uso de força excessiva gera um ciclo vicioso de violência e conflito descontrolados, afastando ainda mais a possibilidade de reativar o processo de paz no Oriente Médio” (Rabkin 2013).

Durante a Segunda Intifada, além dos esforços da China, outros atores globais também buscavam formas de cessar os combates e reiniciar as discussões. Em 2002, a Liga Árabe propôs uma oferta de paz, coincidindo com a formação do Quarteto, composto pelos Estados Unidos, Nações Unidas, União Europeia e Rússia, com o objetivo de mediar o conflito israelo-palestino (Efron et al. 2019). Diante desse cenário, a China decidiu não pleitear um lugar no Quarteto, optando, em vez disso, por enviar seu primeiro enviado especial ao Oriente Médio. Semelhante a outras ações daquele período, a posição possibilitou a Pequim a prática de diplomacia pessoal. No entanto, essa nomeação foi vista como “majoritariamente simbólica”, já que não teve um impacto substancial no curso da guerra (Chen 2017; Cooley 1972).





A China enfrenta um leque de desafios decorrentes de sua intensa focalização no processo de paz de Oslo. Um aspecto notável é a insuficiência de esforços para promover uma equidade diplomática. Essa situação é exacerbada pela discrepância marcante entre os vínculos da China, tanto comerciais quanto interpessoais, com Israel e os palestinos, impactando o próprio conflito. Priorizando interesses corporativos, a postura chinesa tem favorecido Israel em detrimento dos palestinos. A ascensão da parceria econômica sino-israelense desde 1992 emergiu como um fator tão dominante que potencialmente eclipsa outras dimensões do conflito (Rabkin 2013). Entre 2010 e 2019, assistiu-se a um aumento mais do que triplo no comércio entre a China e a Palestina, de 26 milhões para 82 milhões de dólares, um indicativo de expansão notável. Contudo, essa tendência foi suplantada pelo crescimento exponencial do comércio sino-israelense, que observou um salto de 7,6 bilhões para 14,7 bilhões de dólares, refletindo uma preponderância econômica marcante (Chen 2017; Miswar 2023). Em uma análise decenal, o volume comercial entre a China e Israel alcançou uma cifra impressionante de 114 bilhões de dólares, estabelecendo um contraste acentuado com os 619 milhões de dólares em transações entre a China e os territórios de Gaza e Cisjordânia. Ademais, é imperativo reconhecer os significativos investimentos e contratos chineses em Israel, que aproximaram-se dos 13 bilhões de dólares no mesmo período, um aspecto crucial que adiciona profundidade a essa complexa tessitura econômica (Efron et al. 2019).

A aparente indiferença da China em relação às questões mais amplas do conflito, concentrando-se exclusivamente no processo de Oslo, acarreta consequências adicionais. Uma delas é a diminuição do apoio israelense e palestino ao acordo. Esse foco restrito também resultou em uma menor abertura a ideias que não estão centradas em Oslo. Oficiais chineses têm encontrado menos respaldo na opção do Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) em função da crescente importância econômica de Israel como parceiro (Baroud 2023). Dado que o governo chinês e as empresas chinesas têm dado pouca atenção às demandas do BDS, ativistas deste movimento têm sido compelidos a intervir e reivindicar crédito por ações chinesas que, embora pareçam alinhar-se aos objetivos do BDS, na realidade não são reconhecidas oficialmente (Burton 2020).

Em 2015, o governo chinês chamou a atenção ao desencorajar trabalhadores migrantes de atuarem em assentamentos israelenses, alegando preocupações com a “segurança” como justificativa. Além disso, é relevante considerar que o Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) não tem conseguido





disseminar eficazmente sua mensagem na China. Isso deve-se, em parte, à estratégia inicial do movimento, que se concentrou em expandir sua rede de contatos em nações europeias e norte-americanas com laços políticos e econômicos mais sólidos com Israel (Efron et al. 2019). Além disso, diante dos recursos limitados para o lobby e ação da sociedade civil na China, permanece incerta a potencial influência de um movimento social como o BDS sobre o comportamento do Estado chinês (Burton 2020).

A discreta atuação da China até o momento no conflito israelo-palestino merece reflexão. Um dos princípios dos Acordos de Oslo era a necessidade de assistência financeira aos palestinos para a construção de instituições e a consecução de uma “paz econômica”. Pressupunha-se que benefícios sociais, como aumento da renda e oportunidades de emprego, aliviariam queixas e reduziriam a probabilidade de violência. Esse aspecto do processo sempre foi dominado pelo Ocidente: a Europa financiou a Autoridade Palestina e o desenvolvimento palestino, enquanto os EUA assumiram um papel central como patrocinadores das negociações. Entre 1994 e 2005, doadores internacionais contribuíram com 4,7 bilhões de dólares em ajuda, sendo 40% desse total proveniente dos EUA e da UE. Em contraste, a ajuda chinesa aos palestinos foi praticamente inexistente. Ademais, entre 2008 e 2018, suas contribuições à Agência de Obras de Socorro e Construção das Nações Unidas, que apoia refugiados palestinos, aumentaram de 80.000 dólares para 2,35 milhões. Isso representa apenas 0,04% dos 10,96 bilhões de dólares despendidos nesse período (Miswar 2023).

A postura da China, focada no processo de Oslo e nos laços comerciais, sugere uma satisfação com o status quo, estratégia que se mostrou eficaz para o país nas últimas duas décadas. Contudo, essa abordagem pode estar começando a mudar devido à pressão dos Estados Unidos. Nos últimos anos, os EUA manifestaram preocupações com alguns investimentos chineses em Israel. A aquisição pela China de contratos de construção e administração dos portos de Ashdod e Haifa gerou inquietação nas autoridades americanas, sendo o porto de Haifa de particular interesse por ser utilizado pela Sexta Frota dos EUA (Efron et al. 2019). A possibilidade de a Huawei, empresa de tecnologia chinesa, participar da rede 5G de Israel levou o país a criar um comitê para analisar investimentos estrangeiros, em resposta à pressão dos EUA. Com a transição presidencial nos EUA em 2021, a decisão permaneceu pendente (Rabkin 2013; Burton 2020).





Ambiguidade Estratégica: A Proposta de Quatro Pontos de Xi Jinping e a Diplomacia Tecnológica

Nesta subseção, exploraremos a complexidade da relação entre a China, Israel e a Palestina, uma dinâmica marcada por ambiguidades estratégicas e movimentos diplomáticos cautelosos. Enquanto a China intensifica seus investimentos em Israel, destacando seu interesse crescente em tecnologia e infraestrutura, também se apresenta como um potencial mediador no prolongado conflito israelo-palestino. Esta postura dupla, que mescla engajamento econômico com iniciativas de paz, reflete a tentativa de Pequim de equilibrar seus objetivos estratégicos globais com uma diplomacia cuidadosamente orquestrada. Neste contexto, discutiremos como os recentes desenvolvimentos e pressões internacionais influenciam e moldam a política externa chinesa em uma das regiões mais turbulentas do mundo.

Apesar da animosidade breve, a atual pressão dos EUA expõem as limitações das relações sino-israelenses (Burton 2020). Atualmente, os chineses parecem satisfeitos em operar dentro desses limites, mas nos últimos dez anos surgiram indícios de uma possível mudança nesse panorama (Chen 2017). Nesta subseção, aprofundaremos o entendimento sobre as ambiguidades contemporâneas na postura da China frente às dinâmicas israelo-palestinas, destacando como os recentes desenvolvimentos e pressões internacionais moldam esta relação complexa (Rabkin 2013).

Há um consenso de que a política externa chinesa se tornou mais assertiva desde que Xi Jinping assumiu a presidência em 2012 (Burton 2020). Embora outros conflitos regionais, como as revoltas da Primavera Árabe, as guerras na Síria, Iêmen e Líbia, e o programa nuclear do Irã tenham ganhado precedência sobre o conflito palestino-israelense na última década, Xi viu nisso uma oportunidade para marcar sua primeira influência significativa na região (Chen 2017). Talvez a manifestação mais significativa do propósito chinês desde sua ascensão como potência econômica global, seu Plano de Quatro Pontos de maio de 2013 baseava-se em grande parte no modelo de Oslo. Este plano enfatizava o avanço na solução de dois Estados, propondo o estabelecimento de um Estado palestino independente, soberano e viável, coexistindo pacificamente com Israel, com base nas fronteiras de 1967 e tendo Jerusalém Oriental como capital. Além disso, destacava o compromisso com negociações pacíficas, incentivando o diálogo como meio principal para resolver divergências, rejeitando o uso da força e promovendo a confiança mútua entre as partes envolvidas. Também incluía





um apelo para que Israel interrompesse a construção de assentamentos nos territórios ocupados, visando criar um ambiente propício para as negociações. No entanto, seu anúncio foi ofuscado quando o então Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, anunciou a “shuttle diplomacy”, técnica de negociação onde um mediador viaja entre as partes em conflito para facilitar as discussões, sem que estas se encontrem diretamente, como meio de quebrar o impasse nas negociações congeladas entre israelenses e palestinos. Na prática, contudo, nada substancial ocorreu após o anúncio desse plano (Burton 2020).

Durante a visita de Abbas a Pequim em julho de 2017, o Plano de Quatro Pontos foi relançado (Chen 2017). Apesar de Yoram Evron, pesquisador israelense, ter descrito a proposta como “mais vaga e menos detalhada que a anterior [proposta de 2013]”, a China sugeriu agora a realização de um “simpósio pela paz”, além de discussões trilaterais (Rabkin 2013). Pan Guang, um renomado pesquisador chinês do Oriente Médio, expressou expectativas moderadas, comentando: “Não sabemos sequer se será um diálogo oficial ou não oficial...” (Chen 2017). Ele ainda ressaltou a crença de que Israel não desejaria o envolvimento governamental (Burton 2020).

As reuniões de dezembro ocorreram poucos dias após o presidente dos EUA, Donald Trump, desafiar o consenso mundial e anunciar planos de transferir a embaixada dos EUA para Jerusalém, alterando assim o status quo até que um acordo de paz final fosse alcançado (Hill and Huggard 2023). Houve um desequilíbrio nas delegações; os israelenses foram liderados por Hilik Bar, vice-presidente do Knesset, e os palestinos por Ahmed Majdalani, membro executivo da OLP e assessor de Abbas. Na realidade, autoridades chinesas encontraram dificuldades em persuadir ambas as partes a assinarem algo além de uma declaração não vinculante — “Promovendo o Acordo do Conflito Palestina-Israel com a Solução de Dois Estados como Base” — que, essencialmente, reiterava o processo de Oslo, apesar da confiança demonstrada pela China (Baroud 2023). Dentre os pontos destacados na proclamação estavam: a criação de um estado palestino com capital em Jerusalém Oriental; a interrupção da construção e expansão de assentamentos israelenses em Jerusalém; o apoio a moderados como mediadores da paz; e a inclusão da China no processo de paz (Burton 2020). Conforme discutido anteriormente, os esforços de mediação da China entre Israel e Palestina estão permeados por uma notável ambiguidade, dada a simultaneidade do expressivo aumento dos investimentos chineses em Israel (Cooley 1972). Esta complexidade reflete-se na intrincada teia de relações econômicas e políticas que moldam a





postura chinesa na região, sugerindo uma dualidade de intenções e estratégias (Efron et al. 2019).

A expansão substancial das iniciativas chinesas em território israelense, desde projetos de infraestrutura até investimentos significativos em tecnologia avançada, exemplifica uma estratégia que prioriza o crescimento econômico e a inovação tecnológica (Rabkin 2013). Paralelamente, essa abordagem econômica parece contrastar com a posição política mais cautelosa da China no conflito israelo-palestino (Burton 2020). Ao mesmo tempo, Israel iniciou um processo ambicioso de cooperação tecnológica com a China (LeBaron et al. 2021). Desde 1992 até 2019, a China votou consistentemente contra Israel em fóruns internacionais, frequentemente alinhando-se com a visão da maioria (Chen 2017). No entanto, as visitas de estado de alto nível entre Israel e China continuaram como de costume ao longo desses anos (Zhu 2019). Membros do Knesset e outros oficiais de alto escalão começaram a compreender a importância global da China quando viajaram para lá e interagiram com figuras chinesas proeminentes (Sufott 2022). Os principais oficiais chineses fizeram o mesmo (Chen 2017).

A série de visitas de vice-premiê chineses a Israel — incluindo Qian Qichen em dezembro de 1997, Tang Jiaxuan em dezembro de 2004, Liu Yandong em março de 2016 e Wang Qishan em outubro de 2018 —, além da visita do Presidente chinês Jiang Zemin em abril de 2000, ilustra uma era de diplomacia intensificada (Burton 2023). Esses encontros, embora primariamente focados em fortalecer laços econômicos, também facilitaram uma gradual reconciliação política, refletindo uma estratégia chinesa que busca equilibrar comércio e diplomacia.

Israel, reconhecido por seu ecossistema de inovação, atraiu a atenção de gigantes tecnológicos globais como Facebook, Apple, Google e Intel, que estabeleceram centros de pesquisa e desenvolvimento no país (Chen 2017). A resposta das corporações chinesas a essa proeminência tecnológica também foi notável. Por exemplo, em 2015, a Xiaomi, uma das maiores empresas de telefonia móvel da China, inaugurou um centro de desenvolvimento em Israel (Chen 2017). Além disso, em outubro de 2017, a Alibaba, a principal plataforma de comércio eletrônico da China, ampliou significativamente sua presença, anunciando parcerias estratégicas com startups israelenses especializadas em códigos QR e realidade aumentada, e confirmando a instalação de um novo centro de pesquisa e desenvolvimento (Burton 2023).

Em 2013, paralelamente aos esforços do governo de Israel para fortalecer as relações com a China, o Presidente chinês Xi Jinping lançou a Iniciativa Cinturão





e Rota (BRI, na sigla em inglês) (Bildirici e Kayikçi 2022). Em dezembro daquele ano, durante uma visita a Israel com o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, o primeiro-ministro israelense abordou a iniciativa, declarando: “Será importante para o comércio global e para o comércio da China”, e acrescentou: “Nós valorizamos grandemente o povo chinês. Temos uma história compartilhada como dois grandes países e ambos ansiamos por um futuro promissor” (Chen 2017). Durante sua segunda visita a Pequim, em março de 2017, Netanyahu proferiu a assertiva de que as excelentes relações entre os países eram como “um casamento feito no céu” (Burton 2020).

Desde 2009, a participação de corporações chinesas em projetos de infraestrutura em Israel cresceu substancialmente, embora a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) não especifique quais projetos de desenvolvimento chineses ela abrange (LeBaron et al. 2021). Entre os projetos e aquisições mais notáveis recentemente iniciados estão: a Corporação de Engenharia Civil Chinesa (CCECC) concluiu os Túneis Carmel de 8,6 quilômetros em Haifa em 2009, com ambos os trechos finalizados. Até 2017, a ferrovia Akko-Karmiel foi construída pela CCECC e pela empresa Danya Cebus (Sufott 2022). Desde 2011, o Túnel da Linha Vermelha do sistema de metrô leve de Tel Aviv foi uma colaboração entre a CCECC e o Grupo Co. Ltd de Túneis Ferroviários da China (CRTG) (Chen 2017).

A partir de 2019, os Túneis Carmel e a Rodovia 16 passaram a incluir a CRTG e a CCECC (Efron et al. 2019). O interesse chinês também cresceu no setor portuário de Israel, que é vital para a economia do país: enquanto o Grupo Ashtrom e a Shapir Engineering construía o Porto Norte de Haifa, o Grupo Internacional de Portos de Xangai (SIPG) recebeu o contrato para gerenciar a instalação em março de 2015 (Burton 2020). O Terminal Southport em Ashdod, desenvolvido pela PMEC, uma divisão da China Harbour Engineering Company, começou a operar em 2022 e será operado por 21 anos pela China (LeBaron et al. 2021).

Através da aquisição de empresas israelenses, a China também obtém acesso ao conhecimento técnico israelense (Bildirici e Kayikçi 2022). As seguintes transações ocorreram em Israel: em 2011, a China National Chemical Corporation adquiriu o fabricante de pesticidas Adama Agricultural Solutions (anteriormente Makhteshim Agan); em 2014, a Bright Foods comprou a Tnuva, a maior cooperativa de processamento de alimentos de Israel; e em 2016, a Fosun International adquiriu o produtor de cosméticos Ahava (Efron et al. 2019). A lista de compras chinesas em Israel está longe de ser exaustiva (Burton 2020). O primeiro de cinco usinas de energia de propriedade da Israel Electric a ser privatizado como parte





da reforma do setor de energia foi a usina de Alon Tavor, que foi comprada em julho de 2019 pelo Grupo MRC, que incluía a China Harbour, a Mivtach Shamir de Israel e a Rapac Communication and Infrastructure Ltd (RAPAC) (Bildirici e Kayikçi 2022). Independentemente da motivação por trás de cada compra, todas contribuíram para satisfazer a necessidade interna da China por bens de consumo (Rabkin 2013).

Embora Israel tenha sido tradicionalmente considerado um destino de investimento atraente devido à sua estabilidade política e acordos de paz com antigos adversários, a situação econômica atual apresenta desafios significativos. A guerra em curso com o Hamas, iniciada em outubro de 2023, impactou negativamente diversos setores da economia israelense. O PIB do país sofreu uma contração de 5% no quarto trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a agência de classificação de crédito Moody's rebaixou a nota de Israel, citando riscos políticos e fiscais decorrentes do conflito. Apesar dos muitos engajamentos da China com Israel, o país recebeu muito pouco financiamento de Pequim como parte da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) (Efron et al. 2019). Os fatores que desencorajaram o investimento chinês em Israel incluíam o pequeno tamanho do país e sua falta de experiência com projetos de desenvolvimento internacional, enquanto os fatores que atraíram o investimento chinês incluíam a proximidade do país com rotas de navegação importantes e outros centros de trânsito (Burton 2020). As principais rotas comerciais, no entanto, não favorecem Israel com sua presença (Chen 2017).

O aumento da violência entre Israel e o Hamas, que começou em 7 de outubro, rapidamente atraiu a atenção do Conselho de Segurança da ONU (Miswar 2023). A China, como membro permanente do Conselho, adotou uma posição ativa nas discussões, especialmente em relação às resoluções propostas para lidar com a crise (Burton 2020). Em uma reunião, o Representante Permanente da China na ONU, Zhang Jun, criticou as ações israelenses contra instalações civis e a situação de cerco em Gaza, enfatizando a necessidade de uma implementação rigorosa das resoluções do Conselho para restaurar serviços básicos como água e combustível o mais rápido possível (Efron et al. 2019).

Apesar dos esforços, a China expressou frustração com os vetos dos EUA a resoluções que buscavam estabelecer um cessar-fogo e abrir corredores humanitários, ressaltando o desafio de alcançar um consenso dentro do Conselho, onde várias propostas têm enfrentado bloqueios (Chen 2017). A posição chinesa reflete uma tentativa de equilibrar a proteção dos civis e a busca por uma solução





diplomática para o conflito, mesmo que isso signifique enfrentar obstáculos significativos nas negociações internacionais (Rabkin 2013). Em julho de 2024, a China sediou um encontro histórico em Pequim, reunindo 14 grupos palestinos, incluindo os rivais Hamas e Fatah, com o objetivo de promover a unidade nacional palestina. O resultado foi a assinatura da “Declaração de Pequim”, na qual concordaram em formar um governo provisório de reconciliação nacional para administrar a Faixa de Gaza no período pós-guerra.

Portanto, ao final desta subsessão, torna-se evidente que, enquanto a China aumenta seu envolvimento econômico com Israel, a clareza de suas intenções políticas permanece nublada (Burton 2020). Este comportamento pode ser interpretado como um movimento estratégico para fortalecer sua posição global sem comprometer profundamente sua capacidade de influenciar o processo de paz (Efron et al. 2019). O aumento dos investimentos chineses em Israel, ao lado da proposta de mediar o conflito, sugere um esforço para posicionar-se como uma potência indispensável tanto no âmbito econômico quanto no político, mas a eficácia dessa estratégia ainda está para ser testada nos desenvolvimentos futuros da região (Chen 2017).

Conclusão

Este estudo analisou a influência da China no conflito israelo-palestino, destacando a evolução da política externa chinesa que, de uma postura de apoio aos movimentos nacionalistas árabes, passou a adotar uma abordagem mais pragmática. A estratégia chinesa de equilibrar apoio político à Palestina com investimentos econômicos em Israel é evidenciada pela Proposta de Quatro Pontos de Xi Jinping e pela Diplomacia Tecnológica, permitindo à China manter uma posição de mediador potencial no conflito.

No cenário pós-Guerra Fria, a China solidificou seus laços diplomáticos com Israel enquanto participava do processo de paz do Oriente Médio, apoiando os Acordos de Oslo. Contudo, a disparidade entre seus investimentos econômicos em Israel e o apoio financeiro limitado aos palestinos reflete uma clara preferência comercial. Essa ambiguidade estratégica permite à China fortalecer sua posição global, mas sua eficácia no avanço do processo de paz ainda necessita de avaliação à medida que Pequim enfrenta pressões internacionais e complexidades políticas regionais.





Referências

- Baroud, Ramzy. “China and Palestine: No To ‘Piecemeal Crisis Management’.” CounterPunch, July 3, 2023.
- Bildirici, Melike; Kayıkçı, Fazıl. The relation between growth, energy imports, militarization and current account balance in China, Israel and South Korea. *Energy*, v. 242, p. 122537, 2022.
- Burton, Guy. “Palestine and China.” In *Foreign Relations of Kurdistan-Iraq and Palestine*, edited by David Romano and Mehmet Gurses, 157-178. Cham: Springer, 2023.
- Burton, Guy. *China and Middle East Conflicts: Responding to War and Rivalry from the Cold War to the Present*. London: Routledge, 2020.
- Chen, Y. “China’s Position on the Palestine-Israel Issue: A Historical Perspective.” *Middle Eastern Studies/Ortadogu Etütleri* 9, no. 2 (2017): 1-20.
- Cooley, John K. “China and the Palestinians.” *Journal of Palestine Studies* 1, no. 1 (1972): 17-33.
- Deutsche Welle. “Pandemia Piora Imagem da China em Países Ricos.” Publicado em 6 de outubro de 2020. Acessado em 15 de dezembro de 2024. <https://www.dw.com/pt-br/pandemia-piora-imagem-da-china-em-pa%C3%ADses-ricos/a-55176225>.
- Efron, Shira, Howard J. Shatz, Arthur Chan, Emily Haskel, Lyle J. Morris, and Andrew Scobell. *The Evolving Israel-China Relationship*. Santa Monica: RAND Corporation, 2019.
- Hill, Fiona, and Kevin Huggard. “What is Russia’s Role in the Israel-Gaza Crisis?” Brookings, October 29, 2023.
- LeBaron, Richard, Mohamed Bin Huwaidin, Daniel Rakov, Jonathan Fulton, and Joze Pelayo. “Do China and Russia Want to Replace the US as Mediators in the Israeli-Palestinian Conflict?” Atlantic Council, May 26, 2021.
- Miswar, S. Huswatun. “The Impact of Ongoing Israel-Palestine War on China National Interest: Between Benefit and Expectation.” *Journal of Middle East and Islamic Studies* 14, no. 1 (2023): 45-65.
- Peking Review. 1967. “Warmly Respond to the Call to Support the Army and Cherish the People.” May 5, 1967, p. 22.
- Rabkin, Yakov M. “Russia, China and India and the Israel–Palestine Conflict.” *Holy Land Studies* 12, no. 1 (2013)
- Shichor, Yitzhak. *The Middle East in China’s Foreign Policy, 1949–1977*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- Sufott, E. Zev. *A China diary: towards the establishment of China-Israel diplomatic relations*. Routledge, 2022.
- Wilson Center. “Actions of the [Israeli] Foreign Ministry toward the Bandung Conference (Secret).” No. 9541/a, 458/9. April 14, 1955. Appeared in *Al-Ahram*, January 22, 1958.
- Zhu, Zhiqun. China–Israel relations: Past, present and prospect. *East Asian Policy*, v. 11, n. 04, p. 37-45, 2019.

